

OS COLETIVOS NO HORIZONTE DAS JORNADAS DE JUNHO: NOVOS SENTIDOS SOBRE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

THE COLLECTIVES ON THE HORIZON OF THE JUNE 2013 PROTESTS: NEW MEANINGS ON DEMOCRACY
AND PARTICIPATION

Fernando Lima Neto

Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio). Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (JCNE/FAPERJ).

doi 10.17771/PUCRio.DDCIS.66106

RESUMO

O presente artigo relaciona as manifestações de junho de 2013 com a proliferação do ativismo político de coletivos, destacando a construção de novos sentidos sobre participação na democracia que irrompem na sociedade civil brasileira. Além de apresentar uma tipologia da participação em coletivos, a análise também explora a relação desse ativismo com a “performatização” política dos corpos e com o advento das novas tecnologias de comunicação digital. Tanto na órbita da participação e do ativismo quanto no âmbito da relação com o corpo ou na relação com os novos meios de comunicação digital, o ativismo dos coletivos revela um terreno fértil para análise dos novos sentidos sobre política que emergem na sociedade contemporânea e no debate sobre democracia. A pesquisa capturou sentidos e significados sobre participação e democracia que já estavam circulando dentro do simbolismo polifônico das manifestações de 2013 e que vieram a se materializar no cotidiano dos coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de Junho de 2013; coletivos; participação; cultura política.

ABSTRACT

This article relates the protests of June 2013 to the proliferation of political activism by collectives, highlighting the construction of new meanings about participation in democracy that have erupted in Brazilian civil society. Besides presenting a typology of collective participation, the analysis also explores the relationships between this activism and the political performance of bodies, considering the advent of new digital communication technologies. The activism of collectives contributes for analyzing the new meanings about politics that are emerging in contemporary civil society and in the debate about democracy. The research captured senses and meanings about participation and democracy that were already circulating within the polyphonic symbolism of the 2013 protests and that came to materialize in the daily lives of the collectives.

KEYWORDS: June 2013 protests; collectives; participation; political culture.

Introdução: o ano que não acabou

Passados dez anos, o fato deste número especial da *Desigualdade & Diversidade* e de diversas outras obras e eventos acadêmicos ainda repercutirem os protestos de junho de 2013 só atesta o alcance profundo desse fenômeno em nossa democracia, tanto no âmbito da cultura política quanto no funcionamento de suas principais instituições. De alguma forma, o ano de 2013 ainda não acabou. Permanece a todo momento sujeito a reinterpretações tanto por parte de atores como de analistas, que debatem exaustivamente sobre suas causas e seus efeitos à luz de um presente histórico que não cessa de mudar (BRINGEL; PLEYERS, 2015; GOHN, 2019; PINHEIRO-MACHADO, 2019; RICCI, 2018).

No âmbito das instituições, por um lado, cabe mencionar a principal delas, as eleições. Qual o efeito de 2013 no plano eleitoral? Uma das muitas maneiras de tentar responder a essa pergunta seria considerar o percentual de renovação dos representantes, isto é, o ingresso de novos políticos na Câmara dos Deputados. No pleito de 2014, apenas 39% dos representantes iniciaram um mandato sem experiência prévia, um percentual estável se consideradas as quatro eleições anteriores (COM MAIS DEPUTADOS, 2022). Para muitos analistas daquele momento, esse dado comprovava o efeito relativamente fraco dos protestos de 2013 sobre os resultados das urnas, relacionando as jornadas ao desinteresse ou aos ainda incipientes movimentos de negação da política institucional. Quatro anos depois, o pleito de 2018 apresentou 47% de renovação, percentual relativamente alto, que não era alcançado desde a década de 1990 (COM MAIS DEPUTADOS, 2022). Dessa vez, muitos analistas se valeram desse dado para reinterpretar 2013 como evento chave de organização das novas direitas no Brasil, o que viria a culminar no sucesso eleitoral para o cargo da presidência do país.

Seja através de uma correlação fraca ou forte, a interpretação predominante é que a negação da política institucional contribuiu para o sucesso eleitoral da extrema direita no Brasil. A configuração predominantemente conservadora da representação exercida na Câmara dos Deputados no último pleito (2022) só reforça essa percepção algo nebulosa sobre os eventuais efeitos eleitorais dos levantes de 2013. Os bordões “não me representa” e “sem partido” estiveram entre os mais entoados pelas multidões daquele ano. Assim, para boa parte dos analistas, a demonização dos partidos e da política institucional terminou por favorecer, ainda que paradoxalmente, o sucesso eleitoral recente da extrema direita no Brasil.

Se, por outro lado, olharmos para 2013 sob o prisma da cultura política, os eventos assumem outros significados e relações com a democracia no Brasil. Um bordão também exaustivamente repetido pelos manifestantes foi “o gigante acordou”. Ora, após séculos de sono profundo, o povo brasileiro despertava de um alegado estado de apatia e desinteresse pela política para assumir, aos milhões, um protagonismo político inédito, ocupando ruas de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. Ainda que a historiografia revele fartas evidências de que formas populares de resistência à opressão do Estado autoritário sempre

existiram no Brasil, os eventos de 2013 apresentam a constatação mais substantiva ao estereótipo da apatia e do desinteresse generalizado pela política, algo que fora reiteradamente afirmado por meios de comunicação e em muitos círculos acadêmicos ao longo do século passado. O número sem precedentes de manifestantes nas ruas das cidades brasileiras atravessava clivagens ideológicas, religiosas, etárias e sociais as mais variadas, uma diversidade de pessoas e movimentos organizados em torno de demandas por reconhecimento e direitos e, sobretudo, pela difusão de valores sociais que apelam para o exercício ampliado da cidadania e da participação fora das arenas convencionais da política.

Para muitos atores sociais, em particular os jovens, a combinação entre esse despertar cívico e a desconfiança diante dos partidos políticos terminou por criar uma demanda de reconstrução dos laços de emoção com a política fora das arenas mais convencionais da representação. Pesquisas recentes de opinião confirmam um sentimento generalizado de rejeição aos partidos políticos e demais instituições de representação no Brasil. As manifestações de 2013 tornaram esse sentimento explícito. No entanto, apesar do descrédito generalizado das instituições de representação, as mesmas pesquisas de opinião revelam que a maioria das pessoas ainda prefere a democracia ante qualquer outra forma de governo (MOISÉS, 2010). Isso acaba por criar uma situação paradoxal em que as pessoas declaram optar pela democracia ao mesmo tempo que manifestam repúdio às instituições de representação, que, justamente, diferenciam a democracia de outras formas de governo. Esse fenômeno não acontece apenas no Brasil, como nos mostra Robert Dahl (2000) com a ideia de paradoxo democrático.

Seja no âmbito das instituições ou da cultura política, portanto, os significados atribuídos às manifestações de 2013 variam em função da perspectiva e do contexto dentro do qual se faz essa interpretação. As Jornadas de Junho constituem um evento político polifônico com o raro potencial de alterar arquétipos influentes sobre comportamento e participação política no Brasil. Não é por acaso que os sentidos e significados atribuídos a esses eventos permanecem até hoje em disputa em meio a atores e analistas da política. Neste artigo, exploro algumas transformações que dizem respeito especificamente ao âmbito da cultura política. Nas últimas décadas, tem crescido, não apenas no Brasil, o interesse por novas modalidades de ativismo político situadas para além do universo ideológico dos partidos. Essas novas experiências de mobilizações estão ocorrendo em âmbitos variados, como na profissão, nos hábitos de consumo, no exercício do lazer, na alimentação, na religião ou mesmo no convívio com outras pessoas. Esse processo de ampliação dos espaços e de diversificação das agendas de mobilização política acaba por ampliar também o escopo das percepções sobre democracia no Brasil, contribuindo para ressignificar a própria historicidade.

O sentido de participação no ativismo dos coletivos

A fim de explorar as transformações que ocorrem no âmbito da cultura política, destaco um elemento específico dentro das diversas orientações simbólicas associadas às manifestações de 2013, qual seja, a própria compreensão do que seja “participar” politicamente. Visando aprofundar a compreensão dos novos sentidos e práticas sobre participação e ativismo político que estão atualmente emergindo na sociedade civil brasileira, apresento aqui um panorama sobre o fenômeno da recente proliferação dos coletivos no espaço público, analisando em particular a percepção de seus ativistas sobre participação e sua relação com a democracia, tema explorado na pesquisa “Desafios da participação no Brasil: o fenômeno dos coletivos”, que venho conduzindo desde 2018.

Ainda que a genealogia histórica dos coletivos remonte pelo menos aos movimentos de contestação da década de 1960, é notável como essa forma de mobilização social e política cresceu após as manifestações de 2013 (GOHN, 2019; PEREZ, 2019; RICCI, 2018). O fenômeno da multiplicação de coletivos vinculados a temas e domínios os mais variados do convívio social constitui um laboratório importante para alinhar o debate teórico contemporâneo da política à compreensão dos rumos recentes da democracia brasileira (PAIVA; LIMA NETO; SANCHES, 2023). Na pesquisa, além da autodefinição, considero três características gerais que diferenciam os coletivos de outras organizações da sociedade civil, como os partidos, as organizações não governamentais (ONGs), os movimentos sociais e as associações. A primeira característica consiste no fato de serem organizações de participação que não possuem pretensão de representação, seja ela uma representação formal ou o que a literatura apresenta como *advocacy* (KECK; SIKKINK, 1999; MACADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996; URBINATI, 2000). A segunda característica diz respeito ao fato de mobilizarem a biografia de seus membros como maneira de legitimar sua presença e suas atividades no espaço público. A terceira característica consiste na ausência de laços duradouros com outras organizações do Estado, do mercado ou da sociedade civil.

A amostra da pesquisa foi constituída por 50 coletivos distribuídos em cinco áreas de atuação: afirmação identitária, educação infantil, arte, saúde e meio ambiente. Foram analisados 10 coletivos em cada um dos cinco universos, entre os anos de 2019 e 2021. Os coletivos de afirmação identitária são aqueles organizados em temas sobre formação de identidades, como, entre outros, raça, gênero e sexualidade. Coletivos de negros, de mulheres, de transexuais são alguns exemplos conhecidos. Os coletivos de cuidado infantil são grupos em que pais se associam para reverter educação e guardas dos filhos antes da idade escolar. Muitas vezes, assumem a forma de creches parentais, quando se estabelece um sistema de cooperação para que os pais se alternem no cuidado com as crianças durante os dias da semana, eventualmente com rodízio de residências. Os coletivos de arte estão fundados na proposta de promover práticas de intervenção artística no espaço público como, entre outros, *happening*,

slang, encenações, feiras literárias, saraus e recitais. Os coletivos de saúde, por sua vez, são mobilizações de pessoas em torno de temas ligados à saúde, seja física ou mental. Grupos de apoio a portadores de doenças específicas, associações de trabalhadores de setores específicos da área de saúde e grupos que reivindicam acesso à saúde são alguns exemplos de organizações que podem assumir a forma de coletivos de saúde. Por fim, os coletivos de meio ambiente são as organizações que, assim como os outros, atendem os três critérios gerais que a pesquisa associa à ideia de coletivo, e atuam especificamente com temas relacionados ao meio ambiente. Grupos voltados para conscientizar ou sensibilizar a opinião pública sobre problemas ecológicos, grupos de defesa de direitos de animais ou mutirões de limpeza de praias ou de plantio de árvores são exemplos de coletivos de meio ambiente.

As técnicas de pesquisa foram concentradas em torno de levantamento documental, mídias impressas e digitais, além da realização de uma pesquisa do tipo *survey* e de entrevistas aprofundadas com membros dos coletivos que compuseram a amostra. Nas entrevistas, foram abordados temas e questões atuais na teoria dos movimentos sociais, teoria do associativismo e teoria do protesto social com base na biografia individual dos atores. Esses dados foram sistematizados através do *software* ATLAS-TI, ferramenta criada para análise de discurso e de informações qualitativas de entrevistas em profundidade. O *survey* tratou de questões sobre o histórico das organizações e a percepção individual acerca da representação, da participação e da democracia. Muitas das questões do *survey* foram replicadas de outras pesquisas sobre cultura política, como questões extraídas dos questionários do Latinobarómetro e da World Values Survey, duas das bases de dados internacionais mais trabalhadas por pesquisadores que se dedicam a compreender o sentido contemporâneo da ideia de democracia. Os dados quantitativos foram sistematizados através do *software* SPSS,¹ ferramenta voltada para análise de dados quantitativos em Ciências Sociais.

Os resultados da pesquisa indicam que cada um desses cinco universos de coletivos atribui sentidos específicos à ideia de participação. Isso tornou possível elaborar uma tipologia de participação nos coletivos, cinco tipos ideais correspondentes a cada um dos universos da amostra – isto é, os coletivos foram tipificados com base em características que se encontram presentes em todos os universos pesquisados, mas são mais recorrentes em cada um deles. Assim, horizontalidade, partilha, *performance*, luta e sensibilidade são orientações normativas que podem estar presentes em qualquer coletivo, mas cada uma delas predomina em um dos cinco universos pesquisados (LIMA NETO; TOVOLLI, 2023).

¹ "Originalmente o nome era acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* – pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do *software* não tem significado". Ver: SPSS. *Wikipédia*. 26 jan. 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/SPSS#>.

Tipologia de participação no ativismo dos coletivos

O primeiro tipo é o da participação horizontal, isto é, coletivos que enfatizam a centralidade da noção de horizontalidade nas percepções de seus membros sobre participação. Por um lado, o princípio de cultivar relações menos hierárquicas e mais horizontais é um dos mais recorrentes nas percepções que os ativistas têm de seus respectivos coletivos em geral, mas esse princípio é ainda mais influente no universo dos coletivos de afirmação identitária. Por outro lado, esses coletivos são os que mais incorporam as outras características que predominam nos outros universos. Isso acaba por tornar os coletivos de afirmação identitária um universo polissêmico de ativismo político centrado na ideia de horizontalidade, como atesta certa ativista de um coletivo feminista: “Somos coletivo horizontal de esquerda, que tem como princípios a formação, a proteção e o empoderamento de mulheres respeitando o recorte de classe, raça e orientação sexual, através do combate e do enfrentamento direto das opressões”.²

Os ativistas desse tipo de coletivo procuram aplicar o princípio da horizontalidade, sobretudo na organização interna, na definição de agendas e na execução de atividades. A noção de horizontalidade é, muitas vezes, apresentada como elemento que diferencia essas organizações dos movimentos sociais ou de ONGs que atuam com os mesmos temas. Nesse sentido, a ênfase na horizontalidade tornaria possível manter um nível de espontaneísmo que não existe em outras organizações da sociedade civil.

O segundo tipo é o da participação partilhada, em que a noção de partilha aparece como elemento agregador e modelo de participação. Esse tipo corresponde ao universo dos coletivos de cuidados parentais. Embora também acomodem os outros princípios da tipologia, coletivos parentais estão primordialmente centrados na concepção de participação como partilha. Muitas vezes, a experiência de partilhar educação e cuidados com os filhos acaba por produzir redes de solidariedade social que misturam concepções de família e de política. Segundo um membro de creche parental: “Nosso grupo é mais do que um grupo é uma verdadeira família. Todos nós partilhamos aquilo de mais precioso que temos na vida, nossos filhos. Partilhamos também o sentimento de que é preciso educá-los para a vida de uma forma ainda mais abrangente que a escolar”.³

Os ativistas de arte fazem parte do próximo universo de pesquisa e apresentam o terceiro tipo de coletivo, o da participação performática. Nesse tipo, a participação consiste em práticas de intervenção artística no espaço público com o objetivo de proporcionar experiências artísticas a públicos que não estão habituados a elas. Uma prática recorrente nesses universos são os saraus e o “microfone aberto”, que ajudam a distinguir os coletivos de poesia dos grupos

² Depoimento de ativista de coletivo identitário. Rio de Janeiro, 2020.

³ Depoimento de ativista de coletivo parental. Rio de Janeiro, 2020.

privados de leitura de poesia. Para além do campo da poesia, incluindo também a música, o teatro, o circo e as artes plásticas, os coletivos de arte associam a ideia de participação à suas atuações performáticas no espaço público, como revela um ativista:

Então, o que é o acesso à cultura? A gente não está fazendo sarau porque a gente quer ter acesso à cultura, a gente é a própria cultura. A gente está invertendo uma parada. (...) É uma ideia de entender que a nossa esquina também pode ser um *point* cultural. A gente vê isso porque uma galera de várias partes da cidade curte a nossa onda, que é a onda de se ouvir e de se ver. É muito interessante porque não tem muito um padrão, é o esquema do microfone aberto, então você vai se manifestar.⁴

O quarto tipo corresponde ao universo da saúde e relaciona participação com luta: a participação por confronto. Nesse tipo, os ativistas enfatizam uma luta permanente. Por um lado, o confronto é endereçado contra o Estado para defender a ampliação de acesso à saúde. Por outro lado, há o confronto contra setores do senso comum e da opinião pública visando desconstruir barreiras simbólicas e materiais para integrar populações de doenças específicas, como no caso da luta antimanicomial, como atesta este ativista de coletivo de saúde: “Nosso coletivo é um grupo que estuda e atua no contexto da luta antimanicomial, em busca de amadurecer e fortalecer um novo olhar e uma nova práxis em torno da questão da loucura”.⁵

O quinto e último tipo é o da participação sensível, aquele em que os ativistas de meio ambiente entendem sua participação democrática como fundada na noção de sensibilidade, em especial com relação aos problemas ecológicos e seu impacto para o presente e futuro das sociedades. Em geral, os ativistas dos coletivos desse tipo enfatizam a missão de transformar sobretudo a própria consciência das pessoas, como relata um ativista:

Logo, mais que uma horta comunitária, o movimento Horta Nossa busca construir lugares de encontro e de aprendizado, onde se troca saberes e se apura os sentidos. Acima de tudo, significa uma nova forma de ser e de estar nas grandes cidades, uma nova lógica de ocupar e ressignificar as ruas e calçadas por onde andamos apressados.⁶

Assim, os resultados indicam que é possível identificar concepções específicas de participação dentro do horizonte interpretativo que esses ativistas associam às noções de horizontalidade, partilha, *performance*, luta e sensibilidade. Embora estejam presentes na maior parte dos coletivos, cada uma desses princípios distingue os universos de coletivos entre si, mas

⁴ Depoimento de ativista de coletivo artístico. Rio de Janeiro, 2020.

⁵ Depoimento de ativista de coletivo de saúde. Rio de Janeiro, 2020.

⁶ Depoimento de ativista de coletivo ecológico. Rio de Janeiro, 2020.



distingue também os coletivos de outras formas de mobilização da sociedade civil. Não há dúvidas, por exemplo, que os coletivos de afirmação identitária têm, muitas vezes, uma disposição evidente para o conflito contra o Estado e o senso comum. No entanto, como a pauta da afirmação identitária já faz parte da agenda dos movimentos sociais convencionais de afirmação identitária, é a organização em relações mais horizontais que motiva esses ativistas a preferirem atuar em coletivos, e não em movimentos sociais.

A política mediada pelo corpo e pelas redes digitais

Em cada uma dessas cinco percepções sobre participação, a vinculação a um compromisso entendido como político aparece mediada pelo corpo e pelas experiências biográficas dos próprios atores. Para os coletivos identitários e parentais, por exemplo, experiências pessoais de racismo, sexismo ou paternidade são as motivações mais recorrentes para atuação nessas organizações. Por sua vez, os ativistas de coletivos artísticos muitas vezes instrumentalizam o próprio corpo, seja através de encenações ou de um olhar artístico voltado para interpretação da realidade. Nos coletivos de saúde e ambientais, a relação com o corpo transcende os contornos individualizados dos próprios atores. Dito de outro modo, a preocupação eminente é com o corpo do “outro”, seja ele um doente mental ou um representante abstrato do gênero humano.

Um dos muitos debates que estão, hoje, no cerne da teoria democrática é a relação entre corpo e política. Butler (2019), por exemplo, recupera a discussão de Hannah Arendt sobre “espaços de aparecimento” para explorar o recente protagonismo político-performativo de corpos que atuam no espaço público desvelando o conjunto de determinações sociais que atuam sobre sua formação. Outro debate importante na teoria democrática que repercute nos fenômenos dos coletivos é o impacto das novas tecnologias de comunicação. Nesse sentido, para Habermas (2022), a digitalização dos meios de comunicação implicou uma concomitante ampliação e fragmentação da esfera pública, com o potencial de transformação de todos os participantes em atores/autores. Em sua obra seminal, publicada originalmente na década de 1960, o conceito de esfera pública fora apresentado dentro do contexto que estruturou a separação moderna entre a sociedade civil e o sistema político (HABERMAS, 2003). Recentemente, o autor entende que a emergência das novas mídias digitais favorece a formação de espaços fragmentados e fechados de comunicação entre os usuários das redes sociais, que terminam por distorcer a percepção da esfera política como tal (HABERMAS, 2022).

Contudo, na direção contrária a esse diagnóstico relativamente pessimista, é preciso considerar também os estudos sobre o que tem sido chamado de midiativismo (CAVA; COCCO, 2014), que acentuam a forma como meios de comunicação digital permitem aos próprios atores criarem veículos alternativos de comunicação que empoderem seus discursos. Seja como for, tanto no âmbito da relação com o corpo quanto na relação com os novos meios de comunicação digital, o ativismo dos coletivos revela um terreno fértil para análise dos novos sentidos sobre

política que emergem na sociedade contemporânea e no debate sobre democracia. Mais ainda, esse fenômeno permite correlacionar ambos os protagonismos, dos corpos e dos meios de comunicação. Se, por um lado, a fragmentação do espaço público ameaça pilares importantes da democracia como o pluralismo, por outro lado, ela termina sendo também uma condição fundamental para a vinculação do corpo com a política, o que amplia agendas e espaços de mobilização política para reivindicação de direitos.

Conclusão: o ativismo de coletivos e as transformações recentes da sociedade civil no Brasil

A pesquisa capturou sentidos e significados sobre participação e democracia que já estavam circulando dentro do simbolismo polifônico das manifestações de 2013 e que vieram a se materializar no cotidiano dos coletivos. A adesão a valores como a horizontalidade; a politização do corpo e da biografia dos ativistas; o recurso aos meios de comunicação digital; e o espontaneísmo das mobilizações termina por consolidar a percepção de um ativismo político que se pretende diferente da ideia de militância. Se o teor predominantemente ideológico do compromisso político militante implica fazer tábula rasa das características pessoais, o modelo do ativismo se apresenta como práticas subjetivadas do próprio compromisso político. Nesse sentido, sustento que essa diferenciação entre militância e ativismo revela uma percepção particular desses atores sobre a relação entre público e privado no seu engajamento político (LIMA NETO; TOVOLLI, 2023).

A digitalização do espaço público foi uma condição estruturante das mais importantes, tanto para a proliferação dos coletivos quanto para a eclosão das Jornadas de Junho. Conforme argumentado anteriormente, as manifestações de 2013 foram o resultado de uma contradição estrutural da democracia contemporânea. Por um lado, uma crise da representação que reforçou o sentimento de negação da política institucional e empoderou posições ideológicas da direita (ROCHA, 2021; SOLANO; ROCHA, 2019). Por outro lado, uma ampliação de demandas de participação para além das instituições de representação, o que implicou a diversificação de agendas e repertórios de contestação política (BRINGEL; PLEYERS, 2015). No que se refere à primeira condição, é preciso destacar o papel político das redes sociais no acirramento das disputas políticas e morais no Brasil (MACHADO; MISKOLCI, 2019). No que se refere à segunda condição, a atuação dos coletivos nas mesmas redes sociais revela como as ferramentas digitais potencializam a forma como são vinculadas as experiências pessoais e biográficas ao compromisso declaradamente político dos ativistas de coletivos (CAVA; COCCO, 2014).

Em linhas gerais, guardadas as devidas proporções, as manifestações de 2013 podem ser comparadas ao que Nobert Elias (1994) define como um evento histórico que altera uma configuração, isto é, um evento que está relacionado a muitos outros e que, por isso mesmo, promove mudanças estruturais na sociedade. O autor aborda, por exemplo, o evento histórico do Renascimento como gênese de transformações que foram se desenrolando ao longo de mais



de dois séculos e que promoveram a formação do que ele chama de consciência moderna do mundo. Em uma escala muito inferior ao processo histórico do Renascimento, os acontecimentos da Revolução Francesa também implicaram uma nova forma de consciência que se manifestava no universo específico da política (TOCQUEVILLE, 2011; WITTROCK, 2000). Em uma escala muito menor que a Revolução Francesa, sustento que as manifestações de 2013 capturaram transformações que permanecem em curso no âmbito da cultura política brasileira. A presente análise sobre coletivos discute apenas alguns dos muitos efeitos não programados das Jornadas de Junho de 2013. A permanência do debate acadêmico e político sobre esse evento revela a potencial superação ou reformulação de dicotomias estruturantes do espaço público e da cultura política no Brasil; o que, por sua vez, atualiza debates canônicos da própria teoria sociológica, como a oposição entre público e privado, ou a relação entre representação e participação.

Referências

- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.
- COM MAIS DEPUTADOS reeleitos e menos novatos, renovação da Câmara será de 39%. *Câmara dos Deputados*. Brasília, DF, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911393-com-mais-deputados-reeleitos-e-menos-novatos-renovacao-da-camara-sera-de-39/>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- DAHL, Robert. A democratic paradox?. *Political Science Quarterly*, [s. l.], v. 115, n. 1, p. 35-40, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 145-171, 2022.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kattryn. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal*, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 89-101, 1999.

- LIMA NETO, Fernando; TOVOLLI, Marina Haddad. Coletivos como espaços de ação política: praticando os valores da horizontalidade, partilha, *performance*, confronto e sensibilidade. In: PAIVA, Angela; LIMA NETO, Fernando; SANCHES, Taísa. *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Numa, 2023. p. 73-90.
- MACADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. New York: Cambridge, 1996.
- MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019.
- MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*. São Paulo: Edusp, 2010.
- PAIVA, Angela; LIMA NETO, Fernando; SANCHES, Taísa. *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Numa, 2023.
- PEREZ, Olivia. Relação entre os coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.
- RICCI, Rudá. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. *Saúde e Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 90-107, nov. 2018.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- URBINATI, Nadia. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. *Political Theory*, [s. l.], v. 28, n. 6, p. 758-786, 2000.
- WITTROCK, Björn. Modernity: one, none, or many? European origins and modernity as a global condition. *Daedalus*, [s. l.], v. 129, n. 1, p. 32-60, 2000.